



Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR)

Socio-economic and urban management: a study of the free trade fairs in the city of Curitiba (PR)

Isabel Jurema Grimm - Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR e Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB. Pesquisadora do NECOS da UFPR\PR com ênfase na Ecosocioeconomia Urbana. E-mail: isabelgrimm@gmail.com

Carlos Cioce Sampaio - Doutor em Planejamento e Gestão Organizacional para o Desenvolvimento Sustentável pela UFSC. Pós-doutor em Ecosocioeconomia, Cooperativismo Corporativo e Ciências Ambientais pela Universidade Austral de Chile (UACH). Pesquisador de produtividade do CNPq. Coordenador da Área de Ciências Ambientais da CAPES. E-mail: carlos.cioce@gmail.com

Mario Procopiuck - Doutor em Administração e Mestre em Gestão Urbana pela PUCPR. Professor do PUCPR. E-mail: procopiuck@gmail.com

Resumo

Neste artigo analisam-se as práticas de transformação social e gestão do espaço urbano na cidade de Curitiba, sob a perspectiva dos arranjos socioprodutivos denominados feiras livres e seus impactos ecossocioeconômicos. Metodologicamente trata-se de pesquisa com abordagem exploratória e qualitativa. Os dados foram coletados em entrevistas junto a gestores municipais, feirantes, prestadores de serviços terceirizados e por meio de registro de campo com visitas à feira do Largo da Ordem, por se constituir em importante espaço de interações culturais e estratégia de promoção da imagem turística da cidade de Curitiba. Os resultados apontam que as feiras livres podem ser consideradas arranjos socioprodutivos a partir da cooperação público-privada para planejamento e gestão do território. As feiras livres apresentam indícios da ecossocioeconomia onde pequenos negócios ganham visibilidade frente à economia de mercado pautada no lucro como máxima, aumentam sua possibilidade de sobrevivência e se estabelecem como estratégia local de geração de renda e inclusão social.

Palavras-chave

Arranjos Socioprodutivos. Ecosocioeconomia. Feiras Livres.

Abstract

This article analyzes the practices of social transformation and urban space management in the city of Curitiba, under the perspective of socio-productive arrangements called free trade fairs and their eco-socio-economic impacts. Methodologically it is a research with exploratory and qualitative approach. The data were collected in interviews with municipal managers, marketers, outsourced service providers and through field entries with visits to Largo da Ordem fair, as it is an important space for cultural interactions and a strategy to promote the tourist image of the city of Curitiba. The results point out that the free trade fairs can be considered socio-productive arrangements from public-private cooperation for planning and managing the territory. Free trade fairs present signs of eco-socio-economy where small businesses gain visibility facing the profit-driven market economy, increase their chances of survival, and establish themselves as a local strategy for income generation and social inclusion.

Keywords

Socio-productive Arrangements. Eco-socio-economy. Free Trade Fairs.

INTRODUÇÃO

Os dados do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU - Habitat, 2014) apontam que a população urbana mundial foi multiplicada por cinco entre 1950 e 2011. Em 2007, o número de pessoas vivendo em cidades ultrapassou a cifra daquelas que viviam no campo. Exemplificando o potencial desse processo, somente entre 1995 e 2005, a população das cidades nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento cresceu, em média, em 1.200.000 por semana, ou 165.000 habitantes por dia. Calcula-se que até 2050, 86% da população de países ricos e 67% de países pobres estejam vivendo fora do campo (ONU - Habitat, 2014), o que significa que três quartos da população mundial estará ocupando áreas hoje cobertas por vegetação, criando espaços diminutos de sobrevivência e habitação, utilizando recursos naturais, buscando formas de subsistência e demandando a prestação dos serviços públicos.

Esse cenário envolve a comunidade mundial na tentativa de criar estratégias e ações para superar a própria modernidade, pois, na medida em que a população das cidades e o consumo aumentam, a questão socioambiental exige soluções inovadoras capazes de influenciar no planejamento e na tomada de decisões em cenário de pós-modernidade.

Possuidora de características próprias, é na cidade onde se torna essencial determinar a forma de governo e gestão, com instrumentos que apresentem relação direta com o tipo de desenvolvimento adotado localmente, servindo como influenciador direto na criação e na formulação de políticas públicas, que satisfaçam as diversas necessidades da população, como saúde, educação, segurança e a geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, como espaços de intensa interação humana, as feiras, desde a antiguidade, têm desempenhado papel fundamental como canais de comercialização agrícolas e artesanais, constituindo-se em importantes arranjos socioprodutivos que absorvem mão de obra com diferentes níveis de qualificação. São atividades que, para alguns, representam opções mais importantes que aquelas oferecidas pelo mercado, possibilitando bons níveis de renda e autonomia para condução das próprias vidas em condições mais atrativas que aquelas impostas para condicionamento por tradicionais postos de trabalho, e, para outras, de acordo com Santos M., Ferreira D. e Santos R. (2014), as feiras livres apresentam relevância por serem importantes fontes de renda familiar, cujos membros não se inseriram no mercado de trabalho via empregos, sendo a feira livre, em sua complexidade de relações sociais e econômicas, uma das poucas alternativas de sobrevivência.

As feiras livres urbanas, como experiências em curso, podem ser identificadas como núcleos ecossocioeconômicos, que têm seus fundamentos de existência e permanência, nas dinâmicas participativas e associativas, que formam um entorno territorial de cooperação, saberes e fazeres intrínsecos ao local. Portanto, nos ambientes urbanos são espaços que apresentam desafios a serem enfrentados e onde, de acordo com Ornés (2014), somente uma consciente gestão do uso dos recursos ambientais, sociais, econômicos e institucionais, baseados na sustentabilidade, podem garantir qualidade de vida no curto, médio e longo prazo. Isso decorre da complexidade dos componentes, processos e as inter-relações que envolvem uma urbe.

Assim, busca-se neste artigo analisar as práticas de transformação social e a gestão do espaço urbano na cidade de Curitiba, sob a perspectiva dos arranjos socioprodutivos denominados feiras livres e seus impactos ecossocioeconômicos.

1 O PLANEJAMENTO E A GESTÃO URBANA ENQUANTO PRÁTICA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os avanços em torno do planejamento urbano e a descentralização do poder nacional para os níveis locais atribuíram às cidades maior autonomia para a criação das suas estratégias de desenvolvimento, incorporando o conceito de gestão como instrumento fundamental, coletivo e participativo para viabilizar projetos com impactos na comunidade local. Isso tem levado os gestores urbanos a compreenderem que, para haver desenvolvimento sustentável é necessária a realização do planejamento integrado que associe cooperação técnica, território e participação popular. Neste contexto, quando se trata da mobilização de esforços coletivos, essa associação com o planejamento urbano autônomo implica, como propõe Bizzotto, Carvalho e Gonçalves (2014), “abandonar a compreensão do discurso dominante tecnocrático como dotado de poder em uma versão estruturalista, resgatando a experiência cotidiana e do culto ao saber local” (p.133).

Balizando os esforços para o avanço do tema da participação, as experiências dos movimentos populares nas décadas de 1970/80 trouxeram importantes contribuições para o processo de politização da sociedade civil organizada e conquistaram visibilidade no cenário político nacional. Tal processo abriu espaço para que movimentos sociais debatessem o papel do Estado, formas de organização da sociedade, cultura política do País, direitos sociais e a democracia. Contudo, nos anos de 1990, de acordo com Abranches (2013, p. 7), tais movimentos entraram em crise, tendo como causas as externalidades da política neoliberal, a convulsão econômica do país, a descrença na política e a crise

das utopias. A autora destaca também fatores internos dessa crise que fizeram com que “movimentos populares não se fundamentassem em projetos políticos próprios, independentes e autônomos, que garantissem, na atualidade, estratégias que assegurassem seu campo de atuação na sociedade civil voltadas para a discussão da transformação social” (ABRANCHES, 2013, p. 7). Paralelamente à crise dos movimentos sociais, o planejamento regulado por leis e normas criadas pelo Estado demonstram sinais de enfraquecimento em decorrência de seu elevado custo e da necessidade de o Estado ter de, incessantemente, atrair investimentos externos.

Em relação ao planejamento urbano, Castells (1986) considera que seu surgimento, de certo modo, está atrelado às sociedades industriais avançadas e ao agravamento dos “problemas urbanos, isto é, processos sociais de consumo coletivo” (CASTELLS, 1986, p.209-210). Para muitos críticos, o que traz legitimidade a qualquer sistema de planejamento é que seja desenvolvido a partir de bases políticas. É dessas bases, pois, que ocorrem ajustes em função do que os cidadãos participando de processos democráticos fazem com que suas aspirações sejam contempladas nos planos. Sem política, temos, pois, o velho planejamento tecnocrático

De forma ampla, as condições para obtenção de uma cidade mais sustentável e humana demanda um novo modelo de urbanismo mais voltado para a qualidade de vida de seus moradores. E, neste contexto, Rebouças (2015) chama atenção para a necessidade de construção de um planejamento urbano menos vertical, mas, articulado horizontalmente, com base nas necessidades e desejos locais, incorporando os conflitos inerentes às realidades de cada lugar.

2 O DESENVOLVIMENTO E OS ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DE BASE TERRITORIAL

Para Jean (2010), a noção de território surge do entendimento formado pela dinâmica de atores sociais que ocupam um espaço determinado, nomeado e identificado na forma de identidade individual e social, com referenciais familiares e profissionais. O desenvolvimento territorial faz “referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído” (JEAN, 2010, p. 51), pela história, por uma cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras.

O conceito de território inclui a noção de patrimônio sociocultural e a necessidade de mobilização dos recursos e competências por meio da atribuição de responsabilidades sociais, normalmente via processos participativos. A concepção de território passa pelo senso de identidade, ou seja, não se concebe

um indivíduo sem antes ser identificado com seu território. Portanto, a identidade sociocultural individual está inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (SOUZA, 2002).

É a partir do território que surgem novas propostas de desenvolvimento, somadas a visões críticas não conformes com as posturas de um progresso linear, que dão ressonância a reivindicações no terreno social e ambiental (UNCETA, 2009). Isso requer maior capacidade e grau de organização e de articulação da sociedade civil e das instâncias institucionais mecanismos de descentralização que busquem a efetivação dos princípios de igualdade e de garantia dos direitos humanos.

A importância de reorganizar os territórios com base no fomento de ações descentralizadas tendeu a ampliar a dinamização das sociedades locais, ganhando natureza estratégica para promover a competitividade e a competência de sistemas produtivos locais, tendo como sustentação a capacidade de comunidades de criarem meios para oportunizar decisões coletivas, como contraponto às pressões exercidas pela economia global (BOISIER, 1996), e pelas forças estatais centralizadas desde a década de 1960, principalmente no caso brasileiro.

A trajetória histórica que levou à explicitação de tensões entre a necessidade de manter um mínimo de poder para constituir identidades locais e a necessidade de potencializar a capacidade de ação de estados nacionais, as estratégias de países em vias de desenvolvimento voltadas para a diminuição das desigualdades e redução da pobreza passam, com diferentes intensidades no tempo e no espaço, a se pautarem em políticas de desenvolvimento territorial, cuja finalidade tem sido “promover uma redução das disparidades regionais, de maneira autônoma e endógena, a partir da indução da constituição de arranjos socioprodutivos”, atendendo aos propósitos “participativos do poder político local e da sociedade civil organizada” (ORTEGA, 2001, p. 3).

Em meio a essas tendências, a concepção de arranjos socioprodutivos (ASP), embora não necessariamente vinculada ao dinamismo técnico e científico, tem se mostrado promissora para a geração de bem-estar em contextos em que o capital humano não se ajusta, não tem espaço ou não se mostra propenso a suprir demandas das forças produtivas de massa. Nesses espaços, a organização das feiras urbanas parece ter mais identificação com uma conjunção de fatores vinculados à capacidade local de mobilizar capital social para buscar perspectivas de desenvolvimento pautado em uma lógica menos dependente daquelas formas de produção intensivas em recursos de capital e de forte presença regulatória estatal. Esse capital social se manifesta através da confiança, normas e cadeias de relações sociais e, ao contrário do capital físico convencional, que é privado, ele é

um bem público e é pautado em “[...] características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2005). Para Coleman (1990), o capital social é um recurso alicerçado na estrutura de relações entre atores, constituindo um bem produtivo que torna possível realizar objetivos que, na sua ausência, são impossíveis de concretizar. Nessa linha, o “capital social é um fator intangível por natureza. É o acúmulo de compromissos construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade” (PELLIN; ALCANTARA; GONÇALVES, 2016, p. 3).

Neste contexto, os arranjos socioprodutivos (ASP), de acordo com Sampaio, Mantovaneli e Fernandes (2011), se articulam por uma lógica socioeconômica comum, dando ênfase à cooperação-competição, identidade sociocultural local, confiança mútua, fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), capital social e capacidade de governança da comunidade. É, portanto, possível sugerir que os espaços ocupados por essas atividades preservam importantes traços dos modos de vida vinculados a outros tempos e a outros ciclos econômicos, combinando cultura e tradição para se tornarem elementos estratégicos de desenvolvimento sustentável a partir do fortalecimento das lógicas locais de convívio. Como elementos característicos desses espaços, as feiras livres urbanas, tão antigas quanto às próprias cidades, guardam consigo muito da cultura e do modo de vida do território em que estão implexas.

As feiras livres urbanas, como experiências em curso, podem ser identificadas como arranjos socioprodutivos que têm seus fundamentos, de acordo com Crocco et al. (2003), na forma de organização que auxilia a superar as barreiras de crescimento e assume os mais variados tamanhos, particularmente de pequenas e médias empresas. Para o autor, o arranjo socioprodutivo contribui para o surgimento de externalidades pecuniárias e tecnológicas ao mesmo tempo em que cria condições para uma interação cooperativa. Além dos efeitos positivos da troca e desenvolvimento de ideia, do compartilhamento de conhecimentos em tentativas coletivas de melhorar a qualidade de produtos e processos; de ocupar segmentos de mercado; de coordenar ações e de resolver problemas conjuntamente (CROCCO et al., 2003).

Portanto, considerando as articulações em microescala densamente associadas interna e externamente, as feiras livres urbanas podem ser consideradas como aglomerações de atividades familiares e de micro organizações que atuam sob a lógica de complementaridade em dado território. Como o ASP, essas feiras tendem a manifestar especializações produtivas vinculadas a identidades

espaciais que facilitam a inserção da produção de microescala em mercados locais e, quando associada às atividades turísticas, com potencial de difusão mais global.

Na análise da constituição de um ASP é fundamental compreender a natureza das demandas das atividades familiares e empresariais comerciais e industriais de pequeno porte, inseridas densa e profundamente nos tecidos urbanos e voltadas para mercados locais ou regionais. Dentre essas atividades, as dos produtores ligados à pequena agricultura e ao artesanato podem se mostrar importantes para a dinamização da vida econômica e social local. Assim, por um lado, as iniciativas desses segmentos podem estabelecer perspectivas de sustentabilidade do desenvolvimento local/regional e, por outro, como importantes meios para combater a pobreza e a exclusão social a partir da melhoria das condições de vida. A identificação e sistematização das condições estruturais que condicionam a concretização de tais benefícios é passível de ser observada em numerosas experiências exitosas, o que fortalece e inova postulados da ecossocioeconomia no debate contemporâneo.

3 FEIRAS LIVRES: TERRITÓRIOS DE ORGANIZAÇÃO E INCLUSÃO

Os registros históricos sinalizam que os povos sumérios 3.000 a.C., já organizavam feiras para viabilizar transações comerciais mediante trocas e barganhas em local e dias específicos, o que futuramente daria origem ao uso da moeda para compra e venda de mercadorias, gerando as condições iniciais para expansão e institucionalização do intercâmbio entre os diferentes lugares da Europa e do mundo, com base em distintas moedas utilizadas nas negociações. Nessa trajetória, o surgimento de cambistas e comerciantes especializados na troca de moedas são exemplos de atividades originárias pelo comércio das feiras, o que, mais tarde, daria origem aos bancos e banqueiros e, com eles, os novos sistemas de pagamentos, como letras de feira e letras de câmbio.

Com a expansão internacional das atividades comerciais que as feiras propiciaram, passou a se desenvolver um novo sistema de administração comercial pautado em taxas de juros e métodos matemáticos, como o sistema decimal. Retomar à origem dessas atividades comerciais é fundamental para compreender o início do sistema capitalista racional, sustentado por taxas, juros, capital, bancos e lucros. Assim, o microssistema organizacional da feira continua a desempenhar um “importante papel econômico, social e cultural e [...] quando entendida como um negócio, [...] se torna um forte instrumento de políticas públicas e um grande gerador de emprego e renda para o município” (SALES; REZENDE; SETTE, 2011, p. 1).

Baseadas nos postulados da economia solidária, as feiras caracterizam-se por promover a inclusão social e contribuir com o desenvolvimento sustentável, como um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e no longo prazo (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007). Para Singer (2002), a economia solidária baseia-se no humanismo, na solidariedade e na cooperação materializadas na propriedade coletiva dos meios de produção e autogestão, preservando-se o direito à liberdade individual.

Não obstante a passagem do tempo, a feira é uma atividade econômica e social relevante para a vida de muitos brasileiros, mas, em grande parte, as dificuldades para incorporação de inovações as tem colocado em crescente desvantagem para acompanhar a evolução dos super e hipermercados (SATO, 2007), bem como dos serviços prestados por outros locais de comercialização. Do ponto de vista cultural, a feira livre se mantém como importante instituição que resguarda tradições, que resistem ao processo de modernização (COUTINHO; NEVES; SILVA, 2006). As feiras livres apresentam singularidades que as tornam um espaço de comercialização atrativo aos consumidores, por oferecerem produtos diferenciados (produzidos de maneira quase artesanal e em pequena escala) e por estreitarem relações de amizade e confiança entre vendedores e compradores (SALES; REZENDE; SETTE, 2011).

Mesmo com tantos diferenciais e atributos competitivos, o crescimento e desenvolvimento das feiras livres ainda é cerceado pela falta de conhecimento, informação e recursos dos feirantes, que, por não possuírem condições de promover suas vendas e atrair clientes, perdem espaço para grandes canais de comercialização. Como um negócio, a feira “precisa receber a aplicação de princípios administrativos, de forma a garantir a sobrevivência dos feirantes, como empreendedores, no mercado competitivo em que estão inseridos” (SALES; REZENDE; SETTE, 2011,p.3).

Não obstante as dificuldades que enfrentam na atualidade, as feiras livres urbanas mantêm grande parte da sua dinamicidade que historicamente tem acompanhado a vida humana, principalmente nos centros urbanos e respectivos entornos. Considerando as peculiaridades de cada época, elas sempre foram e continuam a ser objeto de interesse para políticas públicas, que procuram promover a geração de trabalho e renda, oferecendo alternativas econômicas, sociais e de preservação ambiental para comerciantes, pequenos proprietários rurais e para sociedades locais.

4 MATERIAIS E MÉTODO

As etapas metodológicas foram estruturadas da seguinte forma: (a) pesquisa bibliográfica e documental; (b) coleta de dados para análise do encadeamento ecossocioeconômico; (c) entrevistas com gestores municipais e feirantes e (d) registro de campo.

O instrumento constituiu-se de um formulário padrão de pesquisa ecossocioeconômica para coleta de informações qualitativas a partir da interação de processos (ambientais, sociais e econômicos). Essas informações são obtidas a partir de: (a) aspectos gerais: histórico, organização; (b) problemática que deu origem à experiência e objetivos; (c) ações desenvolvidas e indicadores de sustentabilidade e; (d) da análise macro ambiental para apontar pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades. Os dados também foram coletados em entrevistas em profundidade realizadas com a Coordenação da Feira de Arte e Artesanato de Curitiba, responsável pela gestão da Feira do Largo da Ordem. Durante 4 meses (setembro a dezembro de 2016) foram realizados registros de campo, com visitas à Feira, entrevistas com feirantes e prestadores de serviços terceirizados.

Com base nesses métodos, a pesquisa apresenta enfoque exploratório, com análise sistemática do tema para produzir informações sólidas sobre uma espacialização em que incidem articulações dos setores governamentais e da sociedade civil para a elaboração de propostas conjuntas visando à intervenção no espaço urbano, empreendidas na cidade de Curitiba, e que resultaram na promoção da geração de trabalho e renda, na melhoria da qualidade de vida urbana, na constituição de um espaço de interações culturais e em estratégias de promoção da imagem turística da cidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados e das discussões é realizada nas seções abaixo, primeiro, com base no mapeamento da feira do Largo da Ordem e, depois, a partir do encadeamento ecossocioeconômico do arranjo socioproductivo a partir de categorias analíticas as dimensões socioculturais, econômica, ambiental e político espacial.

5.1 MAPEAMENTO DA FEIRA DO LARGO DA ORDEM

A Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem é tradicionalmente conhecida como feirinha *hippie* ou simplesmente feirinha. Ela surgiu no início na

década de 1950 no contexto do movimento *hippie*, caracterizado por Pereira (1990) como um anarquismo romântico. Nesse movimento grupos “marginalizados (*Beatnik*) ganham notoriedade. Com uma ideologia anti-intelectualista, movimentos de contestação e agitação, por meio da poesia denominada *beat*, exprimem suas angústias, dramaticidade e ideologias” (BONZATTO; POLICHUK, 2014, p. 103). No espaço da feira esse grupo de artistas populares tinha como objetivo valorizar a cultura e divulgar sua arte, cuja exposição era feita em panos esticados na calçada. Nessa época não havia interferência governamental e os artesãos se organizavam de forma solidária e cooperativa, com suas atividades sujeitas às intempéries.

No final da década de 1960, a feira funcionava na Praça Osório e início da década de 1970 migrou para a Praça Zacarias, onde foram propostas diversas ações de restauro com a finalidade de revitalizar o lugar e transformá-lo em um centro cultural e turístico, retomando desta forma a finalidade e característica de espaço público (GALLARZA; BAPTISTA; CAVALCANTI, 2013). Em 1973 a feira se estabeleceu definitivamente no espaço do Largo Coronel Enéas, conhecido tradicionalmente como Largo da Ordem. Desde então seu crescimento vem sendo gradativo de acordo com os espaços disponíveis e, além da oportunidade de comercialização, tornou-se um atrativo turístico visitado de acordo com Lessnau (2017) por mais de 22.000 pessoas a cada edição.

Atualmente, a feira acontece aos domingos, das 9h às 14h, no Centro Histórico de Curitiba. O deslocamento desde os bairros ou municípios metropolitanos pode ser considerado de fácil acesso, por meio de ônibus, automóvel ou mesmo de bicicleta. Seu layout compreende 5 trechos, em um total de 1,6 km de extensão.

Percorrendo ruas e praças, estão dispostas, de acordo com Lessnau (2017), 1.400 barracas com trabalhos artesanais de diversos expositores. Nesse espaço ocorrem também manifestações culturais e artísticas. Entre os produtos comercializados estão alimentos e bebidas, onde uma paradinha para comer um pastel e/ou tomar um caldo de cana é uma opção e uma tradição dos curitibanos que visitam a feira. Como espaço multicultural, a feira exhibe diversidade de produtos, do mais simples aos mais elaborados. Há exposição nos segmentados de acessórios, artes plásticas, artesanato temático (natal, páscoa etc.), artesanato em madeira e *MDF*, artigos femininos, chocolate artesanal, lembrancinhas, produtos para bebê, produtos para a casa, vestuário, brinquedos pedagógicos, trabalhos em ferro e uma infinidade de outros produtos.

O Instituto de Turismo de Curitiba regulamenta o funcionamento e as atividades da Feira de Arte e Artesanato, por meio do Decreto nº 112, de

01.02.2010. Esse regulamento define características, administração, comissão de feiras, comissão de avaliação e vistoria, organização, critérios de acesso à feira, categoria dos expositores, licença de funcionamento, critérios de cancelamento de licença, forma de participação, notificação da licença de funcionamento, penalidades, processo de aplicação das penalidades e termo de compromisso.

Para ter acesso ao espaço como feirante, o candidato deve estar atento ao período de cadastramento. De acordo com Lessnau (2017), o pedido é feito por meio de solicitação escrita. Na carta, o candidato deve relatar sobre as características de seus produtos e protocolar o pedido junto ao Instituto de Turismo de Curitiba, no setor de artesanato. Entretanto, esclarece a coordenadora, atualmente não há como expandir a feira, pois as vagas possíveis estão todas tomadas e, por essa razão, quem pretender um lugar deve aguardar em fila de espera.

Ao surgir uma vaga, por desistência ou outro motivo qualquer, buscamos nessa fila de espera e os melhores trabalhos são avaliados por uma Comissão específica e o que for melhor avaliado entra. Na avaliação pesa, execução, criatividade, funcionalidade, apresentação qualidade e o resultado final. Leva-se também em conta que o produto seja diferenciado, ou raro na feira (LESSNAU, 2017).

A organização do arranjo conta com a parceria público-privada. Os feirantes, eleitos como representantes, fazem parte de uma Comissão que se reúne mensalmente com a Administração para apresentarem suas reivindicações e em conjunto analisar e solucionar eventuais problemas (LESSNAU, 2017). Vale destacar que as normas pré-estabelecidas no Decreto nº 112, de 01.02.2010, determinam e adequam a forma de funcionamento e gestão da feira.

Em relação à gestão participativa, esta pode ser considerada um aspecto positivo da administração pública, que busca trabalhar em parceria com os feirantes. De acordo com Lessnau (2017), a responsabilidade sobre as barracas é do expositor (montagem, guarda e conservação), que paga à prefeitura uma pequena taxa anual referente ao uso do solo. À prefeitura cabe a responsabilidade com o pagamento dos funcionários que trabalham na administração da feira, bem como garantir a limpeza, segurança, ações de marketing integrada ao turismo e o plano de mobilidade que facilite o deslocamento ao local do evento por meio do transporte público.

Lessnau (2017) aponta que “além de ter se tornado o grande atrativo dominical da cidade, proporcionando lazer para moradores e turistas, a feira gera renda para centenas de famílias de Curitiba e Região”. Sua gestão privilegia a inserção ao mercado de trabalho de parte da população local e regional.

Visitado por turistas, o local tem atrativos que vão além do conhecer e comprar os produtos da feira. Circulando pelo lugar é possível visitar a Igreja da Ordem terceira de São Francisco das Chagas, construída em 1737, considerado o edifício mais antigo de Curitiba, que, na atualidade, abriga o Museu de Arte Sacra de Curitiba; a Casa Romário Martins, antigo armazém de secos e molhados e a Casa Vermelha, que era uma loja de ferragens. Todos esses prédios foram restaurados e se transformaram em museus. Também há a fonte, conhecida como “cavalo babão”, que foi edificada em homenagem aos tropeiros, que levavam suas mulas e cavalos ao bebedouro que ali existia.

Como coordenadora da Feira de Arte e Artesanato, vinculada ao Instituto de Turismo de Curitiba, Lessnau (2017) fala com entusiasmo sobre a gestão da feira destacando que:

[...] há nove anos muito me envaideço ao ouvir os mais variados e efusivos elogios à Feira do Largo da Ordem, que vem sendo considerada por turistas de vários locais do país e do mundo como sendo, senão a melhor, uma das melhores e mais organizadas já visitadas. Orgulho para nós administradores e para a cidade de Curitiba. Nossa feira vem sendo referência para pesquisas e trabalhos de conclusão de curso de nível superior assim como vem sendo rotina de motivação para reportagens diversas de jornais, revistas e demais veículos de comunicação no âmbito de destaque local, nacional e internacional.

Considerando a complexidade dos aspectos culturais, econômicos, ambientais, sociais, que tornam a Feira do Largo da Ordem um marco no turismo curitibano e, por se constituir em rico espaço de inserção social, planejamento e gestão do espaço público urbano, ela é emblemática como um arranjo socioprodutivo (GRIMM et al., 2016), e uma experiência exitosa, que fortalece e inova os postulados da ecossocioeconomia.

5.2 O ENCADEAMENTO ECOSOCIOECONÔMICO DO ARRANJO SOCIOPRODUTIVO

No processo de planejamento para o desenvolvimento local, o espaço urbano se defronta com desafios ambientais, sociais e econômicos onde as soluções podem estar constituídas de saberes e fazeres cotidianos, bem compreendidos em dado território, mas, que podem ser de difícil entendimento fora dele. De acordo com Etzioni (2015), o dimensionamento ecossocioeconômico admite iniciativas individuais socioprodutivas. No entanto, considera que experiências mais duradouras e com resultados mais consistentes são aquelas que admitem e se estruturam em arranjos institucionais e socioprodutivos.

Os estudos sobre ecossocioeconomia são emergentes. As primeiras pesquisas realizadas em âmbito internacional sobre o tema têm como base a publicação da obra seminal de Karl William Kapp (1950), *The social costs of private enterprise* (Os custos sociais da empresa privada). Esse trabalho tratou sobre custos socioambientais das empresas, o que atualmente se denomina como externalidade, trazendo uma crítica à lógica de privatizar lucros de curto prazo e socializar custos socioambientais de médio e longo prazo, além de relacionar esta visão com questões estruturais, como Estado, mercado e sociedade civil, bem como suas sobreposições, tal como sugere a economia institucional. O estágio inicial da pesquisa sobre Ecossocioeconomia no Brasil tem suas contribuições nas obras “Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento” (SACHS, 2007), e “Gestão que privilegia uma outra economia: Ecossocioeconomia das organizações” (SAMPAIO, 2010). Esses autores reconhecem esforços e defendem pesquisas em torno de uma nova concepção pautada em um novo paradigma de desenvolvimento cujo cerne não deve estar na racionalidade de processos de desenvolvimento essencialmente voltados para fins econômicos, mas na análise da cidadania centrado no respeito às diferenças socioculturais, incorporando o conceito de interculturalidade, interdisciplinaridade e intergeracionalidade.

Para aprofundar a compreensão dessa teoria foi necessário fundar uma nova concepção ontológica acerca do desenvolvimento sustentável e do ecodesenvolvimento, que passou a ser apreendida e interpretada como nexo de boas práticas realizadas em dado território, mas que, em muitas vezes, não podem ser bem compreendidas fora dele. Neste caso, a ecossocioeconomia pressupõe o estabelecimento de diálogos com a teoria e a realidade vivida no contexto do dia a dia das comunidades.

Constituída como campo de conhecimento recente e interdisciplinar, a ecossocioeconomia é utilizada para denominar e demonstrar experiências que evidenciam que é possível operacionalizar ou colocar em prática outra gestão que resulte no desenvolvimento sustentável, tal como sugerem Smith e Max-Neef (2011). A ecossocioeconomia se sobressai no sentido de incorporar no processo de tomada de decisão a dimensão socioambiental, o que, na maioria das vezes, tem sido relegado por outras perspectivas à predominância da lógica mercantil, como se a vida pudesse ser reduzida a mero cálculo econômico (SAMPAIO, 2005).

A teoria ecossocioeconomia privilegia práticas cotidianas que ocorrem no mundo da empiria das organizações, sejam em grupos produtivos (não necessariamente para resultar ganhos econômicos), empresas, associações (cooperativas inclusive), comunidades, povoados, onde os problemas. São contextos em que as soluções acontecem, mas nem sempre são devidamente

qualificados (SAMPAIO, 2005). Trata-se, como exposto por Mancebo e Sachs (2015) e Kapp (1950), de uma teoria pensada que parte das experimentações e da complexidade do cotidiano, que, de acordo com Grimm et al. (2016), pode surgir de novos arranjos visando soluções para problemas socioambientais ocorridos em dado território.

Os arranjos socioprodutivos de base territorial podem ser compreendidos como experiências de aglomerados autônomos surgidos de outra visão que não a capitalista. Essas experiências, de acordo com Ortega (2008), reconhecem a força desse processo hegemônico, mas implementaram respostas específicas e intencionais valorizando as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios. Nelas, segue o autor, a motivação principal tem sido contribuir com o combate à pobreza e as desigualdades sociais, representando, portanto, uma “alternativa real” geradora de cidadania e inserção competitiva (ORTEGA, 2008).

Elementos locais – tais como laços históricos e culturais, processo de construção institucional, malha social – podem condicionar o sucesso de um arranjo socioprodutivo, que pode ser medido pela capacidade de cooperação das organizações participantes e pela sua trajetória evolutiva em termos do crescimento da produção, da geração de trabalho, do desenvolvimento tecnológico e da inserção social. O protagonismo dos atores pode condicionar a especialização produtiva, no caso da feira do Largo da Ordem pode contribuir para a melhoria na qualidade do produto e consequentemente na agregação de valor, no surgimento de lideranças, na confiança entre os agentes e principalmente proporcionar geração de trabalho e renda.

A dinâmica da Feira de Arte e Artesanato da Feira do Largo da Ordem, que se mantém e evolui há mais de quatro décadas, se consolidou como resultado de iniciativas cooperadas que passa pela comunidade, pelo capital social e não exclusivamente pelo mercado, embora institucionalmente represente uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável visando a inclusão social. Diante disso, é válido expor que, na Feira do Largo da Ordem, podem ser observadas algumas dimensões ecossocioeconômicas (Tabela 1). Isso indica que esse arranjo socioprodutivo contribui para a promoção de uma “outra economia” baseada em soluções pautadas em tecnologias apropriadas ao local e ou aos arranjos institucionais e produtivos, que visem o protagonismo de comunidades e populações.

Tabela 1 - Dimensões ecossocioeconômicas observadas na Feira do Largo da Ordem em Curitiba (PR)

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • participação cidadã • empoderamento local • espaços sociais de deliberação • atores do desenvolvimento • raízes endógenas • história, valores e cultura • equipamentos culturais e patrimoniais • sentimento de pertencimento • palco da vida
DIMENSÃO ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> • trabalho e renda • desenvolvimento produtivo • alocação de recursos financeiros • inovação/criatividade
DIMENSÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • gestão sustentável • uso responsável e social do território e de matéria prima • ativo de desenvolvimento territorial
DIMENSÃO POLÍTICO ESPACIAL	<ul style="list-style-type: none"> • novas institucionalidades • gestão social • território tempo

Fonte: Os autores (2017)

A dimensão sociocultural presente no espaço da feira constitui importante marco cultural da cidade, revelando relações onde histórias de vida também são de resistência e perpetuadoras de uma tradição local. Nela observam-se cores, sabores, cheiros, sons, sentimentos e saudade reproduzidos nos saberes e fazeres que se tornaram arte.

O dimensionamento econômico observado na dinâmica da feira apresenta-se como geradora de trabalho e renda, sendo responsável, de acordo com Lessnau (2017), pelo sustento de muitas famílias e constitui-se como local de trabalho para aproximadamente 1400 expositores.

Na pesquisa de campo foram entrevistados 112 feirantes, entre os quais 58% declararam que a feira representa 100% da renda familiar e, para 42% a feira representa 50% da renda familiar. Entre eles, 66% se declaram autônomos e 34% como microempresários. Em relação ao tempo, 25% operam naquele espaço em período de até 5 anos, 17% entre 5 a 10 anos, 8% entre 10 a 20 anos, e 50% dos expositores operam há mais de 20 anos. Em relação à dimensão ambiental, entre os feirantes, 18% trabalham com alimentos e não reciclam materiais, mas declaram que os resíduos são separados e destinados adequadamente (matéria orgânica e material reciclável). Entre os artesãos, 75% utilizam materiais de

reciclagem na confecção de seus produtos, 7% não utilizam reciclagem e 18% não responderam. A respeito da destinação, os resíduos gerados durante a feira são separados pelos feirantes em orgânicos e recicláveis para a posterior coleta seletiva.

A dimensão política espacial é representada pelos arranjos institucionais e políticas públicas que surgiram com a consolidação da feira e que são fundamentais para garantir a gestão integrada e participativa. Quanto ao uso do território e sua temporalidade bem definida, ou seja, a apropriação deste espaço público aos domingos por este grupo específico, há feirantes que o territorializam¹ em determinados momentos, o que pode ser gerador de conflito com outros usuários do espaço (moradores, lojistas, proprietários de bares e restaurantes etc.).

A respeito das estratégias empreendidas, destaca-se que o sistema estrutural da feira pode ser caracterizado como de um arranjo socioprodutivo (Figura 1), composto por microempresas e pequenos empreendedores, onde se supera a competitividade utilitarista econômica e se privilegia uma rede de cooperação. Nesse arranjo, pequenos negócios ganham visibilidade e diante de uma economia de mercado pautada no lucro como máxima, aumenta-se a possibilidade de sobrevivência e se estabelecendo como estratégia local de geração de renda e inclusão social.

Figura 1 - Direcionamento do arranjo socioprodutivo



Fonte: Os autores, 2017.

¹ Sobre território e territorialidades ver Souza (2002).

O arranjo socioproductivo constituído a partir da estrutura organizacional da Feira do Largo da Ordem representa um sistema simplificado, que não por fim maior no lucro, mas como alternativa de renda, que, em muitos casos, quando se trata de trabalhos manuais, muitas das técnicas são transmitidas entre gerações. A economia solidária, apontada pelos feirantes como princípio nesse arranjo, se manifesta na gestão do próprio trabalho, na luta pela sua emancipação e no fortalecimento das relações entre produtores e consumidores, bem como entre os próprios feirantes. A organização do local como espaço de inserção é apontada como importante fator para a promoção de parte da população local e regional ao mercado de trabalho.

A identificação de determinantes restritivos nesse arranjo se referem à acessibilidade, pois, localizada no setor histórico, a pavimentação irregular dificulta o acesso e a circulação para pessoas com mobilidade reduzida, por exemplo, pessoas idosas, com carrinho de bebê ou com cadeiras de rodas. Em relação aos preços praticados, observa-se intensa disputa, o que poderia ser solucionado com a cooperação dos feirantes para, coletivamente, atingirem economias de escala superiores, acima da capacidade individual; efetuar compras conjuntas de matéria prima e, com isso, praticarem preços justos para todos. Entre os fatores que dificultam o bom funcionamento da feira, o clima é apontado pelos visitantes e feirantes como fator restritivo, pois a cidade de Curitiba é caracteriza pelo clima frio e chuvoso em boa parte do ano e a feira acontece em espaço aberto, sem proteção às intempéries, trazendo em alguns momentos, desconforto aos frequentadores.

O espaço do Largo da Ordem é um território que comporta uma multiplicidade de grupos que se valem da movimentação local para interagir com o visitante, divulgando ou comercializando sua arte. São eles: músicos, estátuas vivas, palhaços, atores de teatro, artesãos não permissionários (*hippie*, indígenas) e vendedores ambulantes. A respeito dessa realidade, que envolve o uso e a gestão do espaço durante a feira, a coordenação e os feirantes destacam que os problemas encontrados se referem aos vendedores ambulantes que invadem a feira trazendo transtornos aos administradores, que estão em número insuficiente e trazem dificuldade à fiscalização.

Em relação ao seu tamanho, o espaço se encontra em sua capacidade máxima e, de acordo com Lessnau (2017), “ao longo do tempo a Feira cresceu de um modo que hoje não tem mais como se expandir, já extrapolou o número máximo de barracas”. Muitos artesãos têm buscado garantir um espaço, mas a feira já se expandiu em seu limite máximo. Entretanto, de acordo com a coordenadora, esses problemas estão sendo avaliados e na medida do possível solucionados.

A respeito da gestão, anteriormente descentralizada, em que os feirantes se organizavam e decidiam como e o que vender, atualmente é centralizada no poder público, priorizando o uso e ocupação do território, fiscalizando a forma, horário, qualidade e variedade do comércio, e decidindo sobre a cessão de espaço para novos feirantes. Esta administração institucionalizou o arranjo, trouxe controle e ordenamento, mas, ao mesmo tempo, parece não estimular a participação popular e o crescimento do protagonismo das comissões na busca de soluções aos problemas comuns.

Consolidada, a feira atrai turistas nacionais e estrangeiros, pois, ao longo dos anos (a Feira do Largo da Ordem completa 46 anos de existência em 2018) este espaço tem sido uma opção de lazer e importante atrativo turístico para Curitiba. Entretanto, observa-se entre as reivindicações dos feirantes e gestores, a necessidade de maior divulgação do evento com vistas a promover os produtos “artesanais típicos da cidade”, aumentar o fluxo de turistas e conseqüentemente a renda dos feirantes.

Para o conforto do visitante, a higiene e segurança pública seguem regras estabelecidas pelos órgãos competentes: Saúde Pública, Polícia Militar, Guarda Municipal, Posto de Atendimento da DIRETRAN e Resgate Social. No local existem quatro banheiros, que ficam à disposição dos artesãos e visitantes. Na região existem vários estacionamentos particulares, que oferecem serviços exclusivos durante o período da feira. Nas ruas próximas também é possível estacionar. A feira conta com infraestrutura disposta para ser um evento sociocultural e atrativo turístico tradicional da cidade, que lhe confere reconhecimento em âmbito regional e nacional.

De forma geral, o arranjo socioprodutivo representado pela organização da feira pode ser considerado uma rede interorganizacional que caracteriza uma experiência de associativismo e empreendimento socioeconômico compartilhado, coordenada por instituições governamentais, que resulta da combinação de diferentes lógicas, como a solidária (no sentido substantivo, valorativo), a utilitária (no sentido clássico da Ciência Política, na maximização de ganhos coletivos) e econômica individual (maximização de ganhos individuais).

CONSIDERAÇÕES

O arranjo socioprodutivo com enfoque territorial vem motivando atores sociais a buscarem soluções para questões locais de ordem econômica, social e ambiental, colocando em prática projetos de desenvolvimento que dependam da participação comunitária. Essa modalidade de ação e sociopolítica pode

oferecer condições favoráveis para impulsionar o desenvolvimento em territórios fragilizados economicamente e que apresentem baixos índices de desenvolvimento humano, mas com potencial significativo de geração de capital social local. A esse modelo se apresentam como promissoras perspectivas pautadas em atividades agrícolas, pecuárias, de agricultura familiar, de turismo de base comunitária e de produção doméstica, que possuam menores níveis tecnológicos e de técnicas de produção em seus momentos iniciais de desenvolvimento.

As formas organizacionais em que se incluem as feiras livres urbanas se apresentam com importância significativa para a promoção de desenvolvimento economicamente efetivo e sustentável, que privilegiam o interesse coletivo sem desmerecer a inovação empreendedora individual e que, concomitantemente, operam de forma socialmente incluyente. A atuação desses arranjos em diferentes contextos territoriais da cidade pode contribuir para o fortalecimento da imagem turística e da economia solidária, o fortalecimento de formas alternativas de geração de renda a partir de produtos e serviços de natureza criativa – como os resultantes da aplicação de conhecimentos típicos locais e de ativos culturais em produtos artesanais – e de produtos ecossistêmicos, representados por aqueles originários de contextos e da aplicação de técnicas ambientalmente adequadas.

Assim, os dados analisados até o presente sinalizam que, a Feira do Largo da Ordem pode ser considerada um arranjo socioproductivo de base territorial, pois ganhou ao longo do tempo novas conformações e usos, adaptando-se às necessidades da comunidade e transformando-se em espaço de lazer, de interação social e cultural integrante da imagem turística de Curitiba, dando oportunidade de inserção ao mercado de trabalho para aqueles que o saber fazer constitui-se em capital social.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M. Controle social e planejamento urbano participativo: o mapeamento dos problemas da cidade pelos seus diversos atores. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3. Belo Horizonte, 2013. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/hotsite/1/paginas/home.php?pg=5>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BIZZOTTO, L. M.; CARVALHO N. J.; GONÇALVES R. G. Espaço e o poder: por uma práxis no planejamento urbano autônomo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 35, n. 126, p. 131-145, 2014.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 111-145, jun. 1996.

BONZATTO, E. A.; POLICHUK N. K. Origem da feira do Largo da Ordem, Curitiba, em 1970: diálogos de arte e zanato. **Revista Lumen et Virtus**, v. 5, n. 10, 2014.

GALLARZA, G.; BAPTISTA, M.; CAVALCANTI, F. **Caminhos Históricos: a estrada do Assungui**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2013, 164 p.

CASTELLS, M. O planejamento urbano (Item 5). In: _____. **Problemas de Investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Presença, 1986, p. 209-250.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COUTINHO, E. P.; NEVES H. C. N.; SILVA E. M. G. Feiras livres do brejo paraibano: Crise e Perspectivas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

GRIMM, I. J.; FREDER, S.; SAMPAIO, C. A. C.; PROCOPIUCK, M. Arranjos socioprodutivos de base territorial: uma análise das feiras livres comunitárias na cidade de Curitiba (PR). In: VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES). Salvador, 2016. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UNEB, 2016. Disponível em: <<http://www.etbces.net.br/edicoes/vi-etbces-2016/anais>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CROCCO, M. A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES R. **Metodologia de Identificação de arranjos produtivos locais potenciais**. Texto para Discussão 212 - Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Instituto Municipal de Turismo. **Assuntos diversos feiras de arte e artesanato** – regulamentação. 2006. Disponível em: <<http://www.informarejuridico.com.br/Prodinfo/boletim/2006/pr/dec797-31-2006.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED; SECCO, 2010.

KAPP, W. **Social cost of private enterprise**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1950.

LESSNAU, M. Coordenadora das Feiras de Arte e Artesanato. Instituto de Turismo de Curitiba. Entrevista concedida em 2017.

MANCEBO, F.; SACHS, I. **Transtions to sustainability**. Dordrecht, Heidelberg, New York, London: Spring, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Apresentação do atlas da economia solidária no Brasil. In: Senaes/MTE. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005-2007**. Brasília: MTE, Senaes, 2017.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Perspectiva da população mundial**. Relatório de 2014. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>>. Acesso em: nov. 2016. 2013

ORNÉS, S. V. **La gestión sostenible: conceptos, rol del gobierno local e vinculación con el marketing urbano**. Universidade *Simón Bolívar* – Departamento de planificación urbana. Provincia, n.31. Venezuela, 2014.

ORTEGA, A C. **Territórios deprimidos**. Os desafios das políticas de desenvolvimento rural. Campinas-SP: Alínea; Uberlândia-MG: EDUF, 2008.

PELLIN, V.; ALCANTARA, L. C.; GONÇALVES, D. F. Contribuições do capital social para o desenvolvimento territorial. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau-SC, v. 10, n. 4, p. 52-70, TRIII, 2016.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FG, 2005.

REBOUÇAS, T. de M. Planejamento urbano enquanto campo de disputa: o caso do PDDU de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16. Belo Horizonte, 2015. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte: ANPUR, 2015. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviananpur/sobre-o-evento.html>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SALES, A. P.; REZENDE, L. T.; SETTE, R. de S. Negócio Feira Livre: um estudo em município de Minas Gerais. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÃO DE TRABALHO, 3. João Pessoa, 2011. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.dae.ufla.br/pet/wp-content/uploads/2017/03/2011_EnGPR395_Neg%C3%B3cio-Feira-Livre-um-estudo-em-um-munic%C3%ADpio-de-Minas-Gerais.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das Organizações**. Blumenau-SC: Edifurb, 2005, 128p.

SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI Jr O.; FERNANDES V. Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 131-155, 2011.

SANTOS, M. S.; FERREIRA, D. de J.; SANTOS, R. L. A feira livre como alternativa de geração de renda para agricultura familiar no município de Santo Estevão (BA). In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6. São Paulo, 2014. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<http://6cieta.org/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia e Sociedade**; 19, Edição Especial, p. 95-102, 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, P.; MAX-NEEF, M. **Economics unmasked: from power and greed to compassion and the common good**. Cambridge: Green Books, 2011.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 77 -116.

UNCETA, K. Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo. Una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. **Carta Latinoamericana**, CLAES, n. 7, 2009. 38p.

Texto submetido à Revista em 08.09.2017
Aceito para publicação em 09.01.2018